



Universidade e cultura

Álvaro Laborinho Lúcio*

Segundo Daniel Innerarity, «vivemos numa época fascinada pela velocidade e superada pela sua própria aceleração»¹, o que o leva, tomando como bom o pensamento de Anthony Giddens para quem «o tempo e o espaço já não [são] ordenados na sua inter-relação pela historicidade, a adiantar que «o tempo mundial do mercado entrou em conflito com o tempo político das democracias, o tempo estratégico das empresas e o tempo psicológico dos indivíduos»².

A ser assim, será então esta consciência de perda do valor a reconhecer à historicidade que vem remeter-nos para o cerne da questão cultural e para a relação íntima que sempre deve estabelecer-se entre tempo e cultura. Uma vez desqualificada a importância da «historicidade», vem a rejeitar-se o desígnio de Walter Benjamin quando pugna «para que a totalidade do passado seja introduzida no presente»³, desprezando-se, desse modo, o papel criador e potenciador de mudança a reconhecer ao diálogo entre tradição e vanguarda.

Neste trajecto, é o sujeito quem perde dimensão que o identifique como ser poderoso, ou sujeito de poder; é o pensamento que entrega por inteiro o lugar à acção; é o sensorial hedonista a prevalecer sobre o racional crítico; é o território, ora disputado, ora partilhado, a ceder perante o tempo e os agentes que o controlam e dominam. É isso que diz , uma vez mais, Innerarity ao afirmar

* Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho. Juiz Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

que «o espaço cedeu ao tempo a sua função central nas disputas humanas»⁴, o que o leva a interrogar-se quanto a saber «quem pode pôr outros sob a pressão do tempo?»⁵, isto é, quem detém o poder nas sociedades instantâneas.

Na ilusão de todas as respostas ao estilo do «pronto a servir», abdica-se de fazer as perguntas; despreza-se Heidegger; descrê-se da poesia; o pragmatismo recusa o compromisso com princípios e valores, ao mesmo tempo que escarnece da utopia mesmo quando esta, e bem, abdica da sua dimensão escatológica, salvadora do mundo; o pensamento deixa de valer como prova cartesiana da existência, enquanto a acção prescinde mesmo dele, fazendo disso pressuposto da sua própria validade social e humana.

O risco, de que nos fala Ulrich Beck, é acompanhado da instalação silenciosa de uma atitude colectiva e de uma «cultura» que invade a totalidade do terreno, ou espaço, hoje deixado ao abandono, e que ameaça, ou pode ameaçar, campos outrora privilegiados para o treino do pensamento, para o estudo, para o questionamento, como são, entre outros, os da arte e, em geral, da educação.

Enquanto isso, já não é mais o pensamento a procurar reduzir a complexidade caótica da vida, no que, aliás, se revelou sempre mais formal do que substancialmente explicativo, mas a vida a impor-se exactamente através do relevo significativa a atribuir à sua natural complexidade. Beck, ao identificar a sociedade do risco não nos conduziu senão para o centro, ou núcleo, das responsabilidades pela definição dos caminhos a trilhar. Entre os desígnios de um processo centrado no desenvolvimento económico, comprometido com exigências da inovação, de conhecimento e das novas competências, e os apelos oriundos da clássica dimensão humanista, de democracia e de cidadania, não importa, pois, optar, mas, antes, procurar conciliar, na procura, entre ambos, de uma concordância prática que permita responder às reclamações essenciais de um e de outro.

Ora, é aí que, mais do que tudo, intercede uma ideia de cultura enquanto capacidade para afrontar e resolver questões novas. E, por isso, não de uma cultura meramente auto contemplativa, projectada nos espelhos da erudição, nem, por outro lado, estreitamente funcional ou funcionalizada, mas sim de uma cultura feita consciência, ela própria, instrumento de poder, de afirmação de dissidências necessárias, capaz de rejeitar as proclamadas virtudes de um pensamento único ou, o que é o mesmo, da ausência de pensamento.

É também neste processo que vem a caber à Universidade um papel fundamental não só enquanto promotor de conhecimento como também enquanto facilitador da reflexão, da experimentação, do enriquecimento da autonomia individual, da melhor consciência do valor do outro.

É, porventura, o regresso ao «tempo dos estudos» que se impõe como paradigma para o debate, conferindo-lhe substância, exigência, e dimensão estratégica na aventura, também cultural, de ligar realidade e valores, progresso e consciência social, liberdade e solidariedade.

Bill Readings, não deixa de abordar a questão do «declínio da função ideológica da universidade», mas logo adianta que «para que possa ocorrer qualquer inovação deste tipo, temos de abordar duas questões: o lugar da universidade na sociedade em geral e a forma interna da universidade enquanto instituição»⁶. Para concluir que «a universidade é o sítio onde o pensamento tem lugar ao lado do pensamento, onde pensar é um processo partilhado sem identidade ou unidade... [em que] pensar em conjunto é um processo dissensual; que pertence ao dialogismo mais do que ao diálogo»⁷.

Numa palavra, é a Universidade, por sua natureza, e como sempre, a ter de afirmar-se enquanto lugar e tempo de cultura!

Notas

¹ O Futuro e os Seus Inimigos, teorema, Alfragide, 2011, p. 35.

² Ob. Cit., p. 101.

³ Cfr. J.A. Bragança de Miranda, Marshall Berman e a Tradição da Modernidade, Traços, Ensaios de Crítica de Cultura, Passagens, Veja, Lisboa, 1998, p. 39, citando Berman.

⁴ Ob. Cit., p. 103.

⁵ Ob. Cit., p. 102.

⁶ A Universidade em Ruínas, Angelus Novus, 1996, Águeda, pp. 175-176.

⁷ Ob. Cit., p. 201.



A cultura como espaço de manifestação de causas

Carlos Alberto Videira*

Conta-se que logo a seguir à II Guerra Mundial, perguntaram a Winston Churchill quanto é que o seu Governo iria cortar na cultura na política de diminuição de gastos que o mesmo estava a levar a cabo. O então Primeiro Ministro afirmou que a cultura seria a única área onde não iria cortar e justificou-o devolvendo a pergunta – “se o fizéssemos, então de que serviria a luta que travamos?”

Churchill mostrava assim que havia percebido a importância da cultura como manifestação da História de um colectivo, dos seus valores e das suas causas. Mas acima de tudo, a importância da cultura como legado que se transmite às gerações vindouras que terão a responsabilidade de o preservar mas também de o reinventar.

Um dos traços distintivos da Universidade do Minho é, sem dúvida, a singularidade da sua identidade cultural, assumida e difundida de forma ímpar por estudantes e ex-estudantes que integram os seus grupos culturais.

* Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho. Aluno do Curso de Relações Internacionais.

O mérito de uma universidade que rejuvenesceu as cidades que a acolheram, mas que se manteve fiel às tradições das mesmas, assumindo um papel preponderante na preservação das suas memórias colectivas.

Não nos limitamos a replicar as tradições existentes em outras academias. Adoptámos um conjunto de memórias colectivas muito próprias desta região, rejuvenescendo-as, dia após dia, com a irreverência, a criatividade e a capacidade de concretização dos estudantes minhotos.

Entre as principais manifestações dessa identidade cultural muito própria saliente-se a recuperação das Monumentais Festas do Enterro da Gata, o retomar da tradição dos Testamentos da Gata – documento satírico de crítica à sociedade –, a criação do traje académico inspirado nos azulejos setecentistas da escadaria da Reitoria e a realização da Récita do 1.º de Dezembro recordando a Restauração da Independência em 1640 e honrando os seus heróis.

Manifestações que não se limitam a apresentarem-se apenas como eventos de carácter festivo e recreativo. Trata-se antes de ocasiões que, honrando a tradição académica e as suas memórias colectivas, se assumem como momentos de manifestação das causas em que os estudantes acreditam e pelas quais lutam com toda a sua irreverência, rebeldia, independência e personalidade.

E que acima de tudo recordam a disponibilidade dos estudantes para assumir causas, para provocar mudanças, para denunciar e obrigar à reflexão de todos.

Foi também assim que nasceu um projecto tão necessário quanto valioso, como é a Rádio Universitária do Minho, quando os estudantes foram surpreendidos por um enorme aumento do preço das refeições nas cantinas universitárias. A contestação foi enorme. E era preciso explicar à opinião pública a justiça das reivindicações que eram feitas. Foi então que numa das Reuniões Gerais de Alunos, um grupo de alunos teve a ideia feliz da criação de uma rádio universitária.

A Associação Académica e a Universidade do Minho acreditaram, apoiaram, investiram e a primeira emissão aconteceu a 11 de Dezembro de 1984. Os estudantes tinham, então, o meio de comunicar com a sociedade – para explicar as suas causas, para promover a sua academia, para lançar projectos pioneiros e alternativos.

Em 1989, o governo abriu um concurso público e a Universitária, como começou a ser carinhosamente tratada, foi a primeira a emitir, depois de atribuído o alvará, a dia 10 de Julho de 1989, há precisamente vinte e quatro anos atrás.

O projecto cresceu, amadureceu e consolidou-se. Hoje, é impensável conceber a Associação Académica e a própria Universidade do Minho sem a identidade muito própria que a RUM lhe confere. Pela singularidade da sua programação. Pela isenção da sua informação. Pela qualidade da sua intervenção cultural. E acima de tudo, pelo respeito que sempre evidenciou pelas Leis da República expressos na Constituição, na convicção de que esse é o principal garante da liberdade de pensamento, de informar e ser informado.

E também assim, na Universidade do Minho, todos os estudantes se sentem parte de um colectivo com marcas identitárias muito próprias. E é essa mesma identidade que está por detrás da luta que todos os dias se trava por uma universidade melhor, por um ensino superior mais justo, por um caminho de futuro.